

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO****1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de Gêneros alimentícios de uso frequente, para atender até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.
1.4	<b>Período:</b>	Entrega sob demanda conforme disposto nos itens 7.1 e 11.2.3 deste instrumento para atender a até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos pelo período de 12 (doze) meses.
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**2. DA AQUISIÇÃO**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

GRUPO I - ALIMENTOS ESTOCÁVEIS				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
01	463994	Açúcar refinado, especial em embalagem plástica original com 1kg	UN	1.500
02	407523	Adoçante dietético líquido, sucralose, embalagem original c/ no mínimo 75ml	UN	40
03	463556	Alimento achocolatado em pó, instantâneo, embalagem original c/ 400g	UN	730
04	467050	Amido de milho, embalagem original c/ 200g	PCT	50
05	458904	Arroz polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem original com 5kg	PCT	340
06	223083	Atum conserva em óleo vegetal ralado, embalagem original c/ no mínimo 120g	LATA	340
07	460502	Aveia, flocos, embalagem original com 200g	PCT	100

<b>08</b>	478822	Azeite de oliva, puro, embalagem original com 500 ml	FRASCO	340
<b>09</b>	294021	Biscoito doce tipo Maria ou maisena, embalagem original com 200 g	PCT	920
<b>10</b>	136166	Biscoito doce tipo rosquinha, em embalagem com no mínimo 350g	PCT	460
<b>11</b>	402158	Biscoito salgado tipo cream-cracker, embalagem original com 200 g	PCT	1.400
<b>12</b>	463583	Café, torrado e moído, selo Abic de qualidade, em embalagem original c/500g	PCT	410
<b>13</b>	463872	Canela em pó em embalagem original com no mínimo 10g	PCT	40
<b>14</b>	459072	Canjiquinha de milho, embalagem original 1kg	PCT	120
<b>15</b>	446537	Creme de Leite em embalagem original com no mínimo 200 g.	CX	180
<b>16</b>	462679	Doce de goiabada, sem adição de corantes, embalagem original c/ no mínimo 500g.	PCT	230
<b>17</b>	462601	Doce de Leite, pastoso, embalagem original com no mínimo 400 g.	PCT	230
<b>18</b>	469710	Ervilha em conserva em embalagem original com 200 g (peso drenado).	LATA	240
<b>19</b>	459670	Extrato de tomate em embalagem original com no mínimo 300 g	UN	680
<b>20</b>	458921	Farinha de mandioca, tipo1, seca, fina, branca, crua, embalagem original c/ 1 kg.	UN	220
<b>21</b>	480337	Farinha de trigo, tipo1, embalagem original com 1 kg	UN	140
<b>22</b>	463974	Farinha Láctea, emb. original com no mínimo 200 g	UN	330
<b>23</b>	464553	Feijão carioquinha, grupo 1, tipo 1, embalagem original com 1 kg.	UN	460
<b>24</b>	464552	Feijão preto, grupo 1, tipo1, embalagem original com 1 Kg.	UN	1.100
<b>25</b>	459586	Fermento químico em pó, emb. original com 100 g.	UN	50
<b>26</b>	470688	Fubá milho, extra, embalagem original com 1 kg.	PCT	180
<b>27</b>	462729	Gelatina sabores, embalagem original, com no mínimo 35g.	PCT	570
<b>28</b>	462698	Geleia de Frutas em embalagem original com no mínimo 200g	POTE	340

29	464013	Leite Condensado em embalagem original com 395 g	CX	230
30	458963	Massa alimentícia padre nosso com semolina, embalagem original com 1 Kg.	PCT	60
31	458980	Massa alimentícia parafuso, com ovos, embalagem original com 1 Kg.	PCT	290
32	458974	Massa alimentícia parafuso G, com ovos, embalagem original com 500g	PCT	60
33	458957	Massa alimentícia talharim, com ovos, embalagem original com 1 Kg.	PCT	290
34	462123	Milho para pipoca, embalagem de 500 g.	PCT	100
35	462824	Milho verde conserva em embalagem original com 200g (peso drenado).	PCT	280
36	459663	Molho de catchup, embalagem 200 g.	FRASCO	40
37	459658	Molho de maionese, embalagem 500g.	FRASCO	100
38	459668	Molho de mostarda, embalagem de 200 g.	FRASCO	30
39	463692	Óleo de soja, refinado, embalagem original com 900 ml	GF	540
40	461092	Sal, refinado, iodado embalagem plástica original com 1 kg.	KG	90
41	223080	Sardinha em conserva em óleo comestível original com no mínimo 80g (peso drenado)	LATA	280
42	332645	Suco caju, embalagem original com 500 ml	GF	190
43	279609	Suco de manga, embalagem original com 500 ml	GF	190
44	332644	Suco de maracujá, embalagem original com 500 ml	GF	190
45	332642	Suco de uva, embalagem original com 500 ml	GF	190
46	367410	Suco goiaba, embalagem original com 500 ml	GF	190
47	217095	Vinagre de álcool embalagem original com no mínimo 750 ml	GF	100
<b>GRUPO II - LATICÍNIOS</b>				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT
01	317186	logurte, polpa de frutas div. Sabores, garrafa plástica c/no mínimo 180gr	GF	3.800
02	445995	Leite de vaca, integral, embalagem original tetra pack de 1 litro.	UN	5.500
03	446384	Manteiga extra, com sal, embalagem original com 200g.	PCT	1.100

04	446660	Queijo Minas Frescal em embalagem plástica original	KG	140
05	446633	Queijo muçarela não fatiado, em embalagem própria	KG	50
06	446639	Queijo Prato, lanche não fatiado em emb. plástica original.	KG	140
07	373255	Requeijão cremoso tradicional, em embalagem original com no mínimo 200g.	UN	690
<b>GRUPO III - CARNES E DERIVADOS</b>				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT
01	447496	Carne bovina (músculo) sem osso picada 2cm X 2cm, em embalagem plástica.	KG	180
02	447446	Carne bovina (patinho) moída, em embalagem plástica.	KG	510
03	447449	Carne bovina (patinho), em bifes de 100g congelada, em embalagem plástica.	KG	710
04	447443	Carne bovino, lagarto plano, congelado, em embalagem plástica.	KG	860
05	447636	Carne de frango (coxa/sobre coxa) com osso congelado, em embalagem plástica.	KG	2.000
06	447596	Carne de frango (peito) com osso, congelada, em embalagem plástica.	KG	640
07	448897	Peixe (merluza), em filé, sem pele, sem espinha, congelado em embalagem plástica	KG	390
08	447771	Presunto cozido magro, em embalagem original.	KG	140
09	447720	Salsicha para cachorro-quente, em embalagem original, pacote com 5 Kg.	PCT	20
<b>GRUPO IV - PANIFICAÇÃO</b>				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT
01	460401	Pão de Forma tradicional, em embalagem plástica original de 400 g	PCT	690
02	460380	Pão tipo francês 50g, Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico e sal	KG	500

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento de gêneros alimentícios da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS);

3.2 A aquisição de gêneros alimentícios é essencial para atender a frequência de cardápios diários de uma completa alimentação distribuída nas várias refeições diárias para as crianças e adolescentes em acolhimento na CAIVS, visando atender a demanda do Setor de Nutrição, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso;

3.3 A Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso é um equipamento socioassistencial integrante do serviço de proteção social especial de alta complexidade, e tem por missão o acolhimento institucional à crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo prevista no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), em função do abandono ou cujas famílias encontrem-se temporariamente impossibilitadas de exercer sua função provedora de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem. Considerando o disposto no Art.227, caput, da Constituição da república de 1988, que delega ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de mantê-los a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

**3.4 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados nos autos pela Nutricionista responsável desta Secretaria Municipal, lotada na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, levando em consideração que a CAIVS atualmente atende a até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos;**

3.5 Por fim, registramos o nosso compromisso com as diretrizes do Ministério da Cidadania: “A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e sobretudo, os processos civilizatórios. Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidade de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.”

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública, ressalvando que as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de

habilitação, a sua viabilidade econômica, o que sedá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 O proponente deverá levar em consideração os seguintes aspectos imediatamente especificados, com vistas à elaboração de sua respectiva proposta de preços:

5.2 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de entrega das propostas, em consonância com a legislação vigente. As propostas que omitirem o seu prazo de validade serão consideradas como válidas pelo período supracitado;

Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo pessoal da licitante, como também, custo com fardamento; transportes de qualquer natureza; materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados; depreciação; aluguéis; administração; impostos; taxas; emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, influenciem no fiel cumprimento das obrigações por parte da pretensa contratada.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, previstas no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.30.14
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	01 & 10
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	36.001.08.243.0024.2.035

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 214, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

## 7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso) da seguinte forma:

7.1.1 O fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis (Grupo I) ocorrerá mensalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável

7.1.2 O fornecimento de laticínios (Grupo II), carnes e derivados (Grupo III) ocorrerá quinzenalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável;

7.1.3 O fornecimento de pães (Grupo IV), ocorrerá diariamente de segunda a sexta feira, ou conforme as solicitações e cronograma disposto pela Nutricionista responsável;

7.1.4 O referido cronograma tratado nos subitens acima será encaminhado mensalmente via endereço eletrônico (e-mail), fornecido pela(s) vencedora(s) no ato de apresentação das propostas previstos no edital do Pregão Eletrônico, através do anexo XII - Solicitação para Fornecimento / Prestação de Serviços Referente a Ata de Registros de Preços da Rotina Administrativa do Município de Nova Friburgo;

---

<b>Nome do requisitante:</b>	Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso Fundo Municipal de Assistência Social
------------------------------	---

---

<b>Endereço:</b>	Rua Itajubá s/nº, Vargem Grande/ Cônego, Nova Friburgo/ RJ
------------------	--

---

<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.
----------------------------	--

---

7.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade dos mesmos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

7.3 Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, contudo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.666, de 1993, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis;

7.4 Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.5 Os gêneros alimentícios serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;



7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto (gêneros alimentícios) não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **8. DA LIQUIDAÇÃO**

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;



10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e da Ata de Registro de Preços para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93 e Ata de Registro de Preços, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega dos gêneros alimentícios em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência e seus anexos, os produtos em desacordo com a especificação do objeto;

11.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte horas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.8 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;

11.2 A contratada ficará sujeita ainda as seguintes condições;

11.2.1 Entregar os gêneros alimentícios contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada no certame licitatório, informação nutricional, data de fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos;

11.2.2 Repor os gêneros alimentícios dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;

11.2.3 Seguir a programação enviada pela Nutricionista da Casa de Acolhimento Institucional rigorosamente mensal para gêneros estocáveis e quinzenal para itens frios, laticínios e carnes, e também, itens de panificação cuja entrega será diária de segunda a sexta ou conforme cronograma disposto pela Nutricionista de referência, conforme item 7 deste instrumento;

**11.2.4 As quantidades de gêneros alimentícios são estimativas e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude não se obriga a adquirir suas totalidades, adquirindo apenas o necessário ao atendimento da demanda, de acordo com a quantidade de crianças em acolhimento observadas as idades que podem ser de 0 a 17 anos;**

11.2.5 Os gêneros estocáveis, conforme dito anteriormente deverão ser entregues em período determinado e conforme solicitação da Nutricionista da CAIVS;

11.2.6 Obedecer o horário de entrega 9:00 às 17:00 de segunda a sexta feira;

11.2.7 Os gêneros deverão ser entregues em veículos apropriados para carga de alimentos, conforme categoria, observando a diferença entre estocáveis, carnes e derivados e laticínios;

11.2.8 Os gêneros alimentícios entregues estarão sujeitos a devolução caso não preservem suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições insatisfatórias da embalagem (não estar violada, furada, rasgada, amassada ou enferrujada);

11.2.9 Somente será permitida alteração da marca de produto, mediante prévia autorização da Nutricionista responsável pela CAIVS, desde que mantidas todas as

especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos, neste Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

## 12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Yañes José Martinez	115200	Gestor titular
Lucimar Junqueira Pacheco	2000151	Gestor substituto
Fernanda de Moura Borges Leal	115300	Fiscal titular
Jorge Clemente Abreu	199110	Fiscal Substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da

Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com a Nutricionista da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas, conforme os documentos (ESTRUTURA BÁSICA DE CARDÁPIO E RESPECTIVAS GRAMATURAS OU PORÇÕES MÉDIAS PARA ACOLHIDOS) e (FREQUÊNCIA SIMPLES DA OCORRÊNCIA NO CARDÁPIO DOS TIPOS DE PROTEÍNA E CORTES PARA CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO E PESCADO - 30 DIAS, PER CAPITAS E ESTRATIFICAÇÃO) anexos a este instrumento.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.3.2 Multa:

16.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias

úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **18. DA RESCISÃO**

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 02 de novembro de 2021.

GESTOR:	NUTRICIONISTA
<hr/> <b>Yañes José Martinez</b> Matr.: 115200	<hr/> <b>Fernanda de Moura Borges Leal</b> Matr.: 115300

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Márcio José Corrêa Alves**

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude  
Matr.: 62729

**ANEXO I - ESTRUTURA BÁSICA DE CARDÁPIO E RESPECTIVAS GRAMATURAS OU PORÇÕES  
MÉDIAS PARA ACOLHIDOS**

	ALIMENTOS/PREPARAÇÕES	PADRÃO (G/ML)	12 A 23 MESES
<b>DESJEJUM</b>	LEITE ACHOCOLATADO PÃO OU BISCOITO MANTEIGA OU REQUEIJÃO OU GELEIA (OU) MINGAU	200 20 50 15  200 A 300	200 10 25 5  180 A 200
<b>COLAÇÃO</b>	FRUTA	100	80 A 100
<b>ALMOÇO</b>	‘VEGETAL A’ EM SALADA OU REFOGADO PRATO PROTEICO GUARNIÇÃO (VEGETAL B OU C, MASSAS, CEREAIS) ARROZ FEIJÃO SOBREMESA • FRUTA: 5 VEZES/SEMANA • DOCE DE FRUTA CASEIRO/DOCE DE LEITE PASTOSO/GOIABADA: 2 VEZES/SEMANA REFRESCO	80 80 A 120 100 A 120 80 A 120 80 A 100  100 40  200	30 50 60 (OU) 60 30  80   150
<b>LANCHE</b>	LEITE (OU) IOGURTE (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) ACHOCOLATADO EM PÓ (CONDICIONAL/OPCIONAL) SUCO DE FRUTA NATURAL OPÇÕES (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) • PÃO OU BISCOITO/QUEIJO OU FRIO (OU) • BOLO CASEIRO (OU) • CANJICÃO/ARROZ DOCE/CURAU CASEIROS (OU) MINGAU /VITAMINA DE FRUTAS E CEREAL	200 180 20  200  50 80 120 A 180  200 A 300	100 90 10  100  30   150
<b>JANTAR</b>	‘VEGETAL A’ EM SALADA OU REFOGADO PRATO PROTEICO GUARNIÇÃO (VEGETAL B OU C, MASSAS, CEREAIS) ARROZ FEIJÃO (OPCIONAL) (OU) SOPA DE VEGETAIS COM MASSINHA E CARNE (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) SOBREMESA: FRUTA	80 80 A 120 100 A 120 80 80 A 100 250 A 350  100	30 50 60 60  250  50
<b>CEIA</b>	LEITE BISCOITO(OU) MINGAU /VITAMINA (OU) FRUTA	200 50 300 150	100 35 200 50



**ANEXO II - FREQUENCIA SIMPLES DA OCORRÊNCIA NO CARDÁPIO DOS TIPOS DE PROTEÍNA  
E CORTES PARA CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO E PESCADO (365 DIAS)**

<b>CORTES</b>	<b>ALMOÇO (segunda a sexta feira)</b>	<b>JANTAR (segunda a sexta feira)</b>	<b>ALMOÇO (sábado, domingo e feriado)</b>	<b>JANTAR (sábado, domingo e feriado)</b>	<b>TOTAL (%)</b>
<b>CARNE BOVINA – PATINHO EM BIFES</b>	37	37	17	17	108 (14,79%)
<b>CARNE BOVINA – PATINHO MOÍDO</b>	38	38	18	18	112 (15,34%)
<b>CARNE BOVINA – LAGARTO PLANO</b>	37	37	17	17	108 (14,79%)
<b>CARNE BOVINA - MÚSCULO</b>	13	13	6	6	38 (5,2%)
<b>CARNE DE FRANGO – COXA E SOBRE COXA</b>	60	60	28	28	176 (24,1%)
<b>CARNE DE FRANGO - PEITO</b>	35	35	16	16	102 (14%)
<b>PESCADO – FILÉ DE MERLUZA</b>	18	18	8	8	52 (7,12%)
<b>PREPARAÇÕES Á BASE DE OVOS</b>	12	12	5	5	34 (4,66%)

**PER CAPITAS ELEITOS PARA A ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE CARNES (GRAMAS)**

<b>CORTES</b>	<b>ACOLHIDOS ESTRATO II (MÉDIA)</b>	<b>ACOLHIDOS ESTRATOS III E IV (MÉDIA)</b>	<b>ACOLHIDOS ESTRATO V (MÉDIA)</b>	<b>SERVIDORES</b>
<b>CARNE BOVINA –</b>	45	65	110	110

<b>PATINHO EM BIFES</b>				
CARNE BOVINA – <b>PATINHO MOÍDO</b>	35	50	90	90
CARNE BOVINA – <b>LAGARTO PLANO</b>	63	90	150	150
CARNE BOVINA - <b>MÚSCULO</b>	42	60	100	100
CARNE DE FRANGO – <b>COXA E SOBRE COXA</b>	100	150	230	230
CARNE DE FRANGO – <b>PEITO COM OSSO</b>	49	70	120	120
PESCADO – <b>FILÉ DE MERLUZA</b>	56	80	130	130

**ESTRATIFICAÇÃO DOS COMENSAIS E FREQUENCIA ESTIMADA NAS REFEIÇÕES PARA FINS  
DE RACIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO**

<b>FAIXAS</b>	<b>ALMOÇO</b> (segunda a sexta feira)	<b>ALMOÇO</b> (sábado, domingo e feriado)	<b>JANTAR</b> (segunda a sexta feira)	<b>JANTAR</b> (sábado, domingo e feriado)
<b>ESTRATO I</b> (0 a 6 meses)	*****  *****	*****  *****	*****  *****	*****  *****
<b>ESTRATO II</b> (7 a 12 meses)	2	2	2	2
<b>ESTRATO III</b> (13 a 24 meses)	2	2	2	2
<b>ESTRATO IV</b> (24 meses a 10 anos)	10 a 15	10 a 15	10 a 15	10 a 15

<b>ESTRATO V</b> (11 anos a 17 anos e 11 meses)	12 a 18	12 a 18	12 a 18	12 a 18
<b>SERVIDORES</b>	20	9	6	6